

C.B.
10/12/98 21
PINR 1780

Governo tira dinheiro de índio e dá à polícia

Enquanto policiais rodoviários terão R\$ 78 milhões a mais no orçamento do Ministério da Justiça, a Funai perde R\$ 7,9 milhões

Solano Nascimento
Da equipe do Correio

O corte orçamentário no Ministério da Justiça proposto pelo governo tira 24,6% dos recursos para assistência a índios e 16,66% da verba para um programa de ajuda a portadores de deficiência, mas aumenta em 21,6% o dinheiro para pagamento de policiais rodoviários federais e mantém toda a verba prevista para ações sigilosas da Polícia Federal. As obras para construção de presídios também foram preservadas de cortes.

A nova proposta orçamentária está sendo discutida no Congresso. O governo federal fez uma segunda versão do projeto de lei que define a receita e a despesa da União para o próximo ano por causa da crise financeira internacional. A segunda proposta tem uma economia de R\$ 8,7 bilhões.

O Ministério da Justiça perdeu 20,9% dos recursos previstos na primeira proposta orçamentária. O corte foi de R\$ 118,2 milhões. O programa de assistência a comunidades indígenas tinha R\$ 32,2 milhões na primeira versão do orçamento; ficou com R\$ 24,3 milhões.

Trata-se de um dos mais importantes programas da Fundação Nacional do Índio (Funai). Os recursos são usados para instalar postos de saúde, dar vacinas, construir escolas e fazer o atendimento ambulatorial a indígenas. Outro corte proporcionalmente expressivo foi no programa de proteção a testemunhas de crimes que correm risco de vida. O R\$ 1,2 milhão inicial foi reduzido para R\$ 480 mil, uma diminuição de 59,32%.

Os deficientes perderam proporcionalmente menos, mas também perderam. O ministério mantém um programa para reduzir as barreiras arquitetônicas para portadores de deficiência. É o caso de construção de rampas em prédios e acessos a calçadas. Seriam R\$ 2,4 milhões pela primeira proposta, e agora são R\$ 2 milhões.

A redução nos recursos do Ministério da Justiça para programas de auxílio a índios, deficientes, testemunhas, crianças e adolescentes vai gerar uma economia de R\$ 18,3 milhões para o governo. Em compensação, o gasto com servidores da Polícia Rodoviária Federal aumentou em R\$ 78 milhões da primeira para a segunda proposta orçamentária.

Outros programas ligados ao policiamento foram mantidos integralmente (veja quadro).

A assessoria do Ministério do Planejamento e Orçamento, pasta responsável pela coordenação dos cortes, diz que a regra para toda a nova proposta foi a mesma: reduzir mais nos investimentos e dar prioridade para projetos fundamentais ao desenvolvimento regional. Detalhes sobre por que alguns programas foram poupados em detrimento de outros, diz a assessoria, só quem sabe é o ministério específico de cada área.

“Não participamos da definição dos cortes”, devolve Adélio Martins, subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Justiça. “Só tomamos conhecimento do conteúdo da nova proposta quando ela foi publicada.”

A manutenção de obras em presídio tem uma explicação técnica. O dinheiro para elas sai do Fundo Penitenciário, é gerado por loterias e custas judiciais e é vinculado, ou seja, não pode ser usado para outros fins.

O caso das verbas para polícias é mais complicado. Martins diz suspeitar que o aumento nos recursos para a Polícia Rodoviária Federal esteja ligado ao fato de concursos terem aumentado o contingente de patrulheiros. Um assessor do ministério acredita que o crescimento no número de inativos possa justificar parte do aumento de R\$ 78 milhões no dinheiro para o pessoal da PRF, mas não tem certeza.

TESOURADAS

ALTERAÇÕES NO ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Programa	1ª proposta	2ª proposta	Varição
Proteção a florestas em reservas	R\$ 3,4 milhões	R\$ 1,2 milhão	-64,71%
Proteção a testemunhas	R\$ 1,18 milhão	R\$ 480 mil	-59,32%
Defesa dos direitos da criança e do adolescente	R\$ 22,2 milhões	R\$ 15,2 milhões	-31,53%
Assistência aos índios	R\$ 32,2 milhões	R\$ 24,3 milhões	-24,60%
Reabilitação de portadores de deficiência	R\$ 2,4 milhões	R\$ 2 milhões	-16,66%
Construção, reforma e ampliação de presídios	R\$ 53 milhões	R\$ 53 milhões	0%
Construção de penitenciárias de segurança máxima	R\$ 27 milhões	R\$ 27 milhões	0%
Ações sigilosas da Polícia Federal	R\$ 295 mil	R\$ 295 mil	0%
Coordenação e manutenção geral da Polícia Rodoviária Federal	R\$ R\$ 359,3 milhões	R\$ 437 milhões	+21,60%